

Sexualidade maquina contra a diferenca sexual: de Deleuze e Guattari a Preciado

Machinic sexuality against sexual difference: from Deleuze and Guattari to Preciado

Cíntia Vieira da Silva, Letícia Conti Decarli*

Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal Fluminense
cintia.silva@ufop.edu.br, leticiaconti@id.uff.br

DOI: 10.5281/zenodo.7244770

Recibido: 27/03/2022 Aceptado: 13/06/2022

Resumen: Preciado caracteriza o regime da diferença sexual como um conjunto de tecnologias sociais que esconde sob o nome de Natureza aquilo que se configura como efeito da ordem política e econômica denominada "patriarcado hetero-colonial". Deleuze e Guattari, em *O Anti-Édipo*, constroem uma concepção de sexualidade inseparável das determinações do campo social. Porém, veremos como é pelo conceito de sexualidade maquina que os autores se furtam a reduzir a sexualidade a um simples efeito do campo social, pois também buscam uma dimensão criativa capaz de romper com essas determinações. A intenção deste artigo é, apesar da aparente divergência entre contrassexualidade e sexualidade maquina, explorar afinidades conceituais entre ambas no que diz respeito à crítica à diferença sexual e ao esforço de experimentação de novas "plataformas sexuais".

Palabras clave: Contrassexualidade; diferenca sexual; sexualidade maquina; Preciado; Deleuze & Guattari.

Abstract: Preciado defines the sexual difference regime as a group of social technologies which hides under the term "Nature" what are actually effects of the political and economic order called "straight and colonial patriarchy". Deleuze and Guattari, in *The Anti-Oedipus*, create a conception of sexuality that is inseparable from the determinations of the social field. However, we intend to highlight the concept of machinic sexuality as a way out of reducing sexuality to a simple effect of the social field, considering that the authors also search for a creative dimension capable of bursting these determinations. Despite the apparent disagreement, this article's aim is to explore conceptual alliances between countersexuality and machinic sexuality by emphasizing the critics to the sexual difference regime and the effort to experience new "sexual platforms".

Keywords: Countersexuality; sexual difference; machinic sexuality; Preciado; Deleuze & Guattari.

* Vieira da Silva é graduada em Filosofia, mestre em Filosofia e doutora em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. É professora associada no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Ouro Preto. É vice-diretora do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da UFOP. <https://orcid.org/0000-0002-9497-429X>

Conti Decarli possui graduação e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFF com bolsa da CAPES. <https://orcid.org/0000-0001-9283-6718>

O conteúdo deste artigo possui temas em comum com a dissertação de mestrado, financiado pela CAPES

1. Introdução

As afinidades entre escritos filosóficos com assinaturas distintas - perífrase que nos serve para evitar o termo 'autores' e sua carga identitária - exprimem-se de maneiras tão variadas que, não raro, por detrás de contraposições terminológicas, vibram comunidades conceituais. A relação entre a produção filosófica de Preciado e a da dupla Deleuze e Guattari pode ser pensada nesses termos. À primeira vista, numa visada exclusivamente terminológica, sexualidade maquínica e contrassexualidade parecem se contrapor.

Para Preciado, sexo e sexualidade são construtos sócio-históricos e produtos de operações tecnossociais (o que inclui protocolos ideológicos), sendo utilizados sempre em sentido crítico. Para Deleuze e Guattari, especialmente em *O Anti-Édipo*, sexualidade pode designar algo que ocorre em regime de opressão, disciplinamento, moldagem - a sexualidade humana, binarizada - como também pode designar a conectividade e produtividade desejante mesma em pleno funcionamento.

A despeito dos distintos nomes que os conceitos recebem numa e noutra filosofia, parece-nos haver um território comum, que pretendemos colocar em relevo por meio da exposição dos dois agenciamentos filosóficos. Podemos desde já adiantar alguns elementos de ressonância entre os planos filosóficos de Preciado e Deleuze & Guattari: a individuação concebida como processo, movimento; conseqüentemente, um anti-identitarismo radical; tudo isso no quadro de algo que poderíamos chamar de cosmologia e teoria da individuação (ou ontologia) em que a distinção entre natureza e cultura, natureza e artifício ou artefato torna-se caduca ou, no mínimo, insuficiente para tratar das produções de individuações. Em suma, tratam-se de filosofias da diferença.

Ora, se há tamanha afinidade, o que motivaria o descompasso terminológico? É verdade que a publicação do primeiro volume da *História da sexualidade* (1976) é posterior à de *O Anti-Édipo* (1972), de modo que uma das fontes mobilizadas por Preciado para o uso crítico dos termos sexo e sexualidade, buscada nos escritos de Foucault, ainda não se encontrava disponível. Para dar força à suposição de que a conotação positiva - e propositiva - presente na palavra sexualidade, restrita às incidências em que se acompanha do termo maquínica, não sobreviveria à leitura

das contribuições de Foucault, constatamos que não há incidência da palavra sexualidade no platô intitulado *Como criar para si um corpo sem órgãos*, o sexto de *Mil platôs* (1980). Apenas o adjetivo ‘sexuais’ aparece por duas vezes. Na primeira, são chamados de sexuais alguns processos na cultura balinesa estudados por Bateson, cuja análise dá ensejo ao uso da denominação de platô (Deleuze; Guattari, 2008, p. 20). A segunda incidência é uma citação direta do *Almoço nu* de Burroughs, mobilizada para dar a ver e sentir o Corpo sem órgãos, palavra que, paradoxalmente figura no texto, mas designando afetos intensivos moventes, não partes anatômicas funcionais:

Os órgãos perdem toda constância, quer se trate de sua localização ou de sua função (...) órgãos sexuais aparecem por todo o lado (...) ânus emergem, abrem-se para defecar, depois se fecham, (...) o organismo inteiro muda de textura e de cor, variações alotrópicas reguladas num décimo de segundo (Burroughs, 1964 *apud* Deleuze; Guattari, 2008, p. 14).

Um corpo que vê surgir em si órgãos em múltiplos lugares, ainda que alguns deles persistam sendo qualificados como sexuais, não pode mais ser pensado segundo o esquema funcionalista e teleológico que reparte as partes de um organismo em sistemas como o reprodutivo - cuja sombra se insinua sobre o sexual - digestivo e assim por diante. O que caracteriza os corpos sem órgãos, contrapondo-os aos organismos, é a produção de afetos intensivos independentemente das localizações extensivas ou eventuais funções dos órgãos.

Os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e de que se utilizam com propriedade, de acordo com sua “natureza” (relações heterossexuais). Os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaço-temporais oblíquas. A arquitetura é política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas (Preciado, 2017, p. 31).

O trecho acima foi escrito por Preciado. Entretanto, parece-nos sintonizado com um pensamento que nos concebe como máquinas desejanças capazes de se conectar a, e passíveis de se constituir condicionadas por máquinas sociais. Não por acaso,

o parágrafo seguinte traz uma citação de *O anti-Édipo* a respeito das injunções incidentes sobre o ânus, que o retiram da esfera sexual (e social). O gerenciamento do espaço, que reparte e classifica nossas práticas, também se exerce sobre os corpos: “a arquitetura do corpo é política” (Preciado, 2017, p. 31). Parece-nos que Deleuze e Guattari concordariam com uma concepção do corpo sexualizado como construído, arquitetado, sem qualquer objeção. No entanto, mais do que especular a respeito da recepção de um texto por parte de pensadores que já não viviam por aqui na época de sua publicação, interessa-nos apontar para as continuidades e ressonâncias conceituais intensivas num campo de uma teoria e de uma pragmática do desejo. Em um plano conceitual que conceba o desejo como produção imanente, como afeto que afirma e exprime a força de existir, e que não deriva de nenhuma falta originária nem constitutiva, a contrassexualidade configura-se como um avanço.

Veremos adiante como o conceito de sexualidade não humana, extraído de Marx, desenvolve-se no de sexualidade maquínica em *O anti-Édipo*, no interior de um plano conceitual que estabelece que é uma mesma energia que investe e circula no sexual e no social, de acordo com a tese de que a libido não precisa ser dessexualizada para voltar-se para o econômico e o social. Trata-se de uma só e mesma produção desejante que ocorre em regimes diferentes, em agenciamentos distintos, por meio de arquiteturas diversas, para falar como Preciado. Para Deleuze e Guattari, já não há sexo nem sexualidade biológicos, naturalizados, essencializados. Este é o ponto da divergência terminológica: para Preciado, os termos sexo e sexualidade são indissociáveis da “tecnologia social heteronormativa” (Preciado, 2017, p. 28), portanto, procura novas maneiras de nomear corporeidades e práticas corporais, e desejantes, de modo geral, que escapam ou se contrapõem à norma. Deleuze e Guattari, ainda em consonância com o impacto revolucionário da teoria freudiana da sexualidade e seu conceito de libido, mantêm a denominação ‘sexual’ e ‘sexualidade’, com transformações tão importantes que talvez utilizem tais nomes para designar algo que não tenha mais relação com o binarismo do sistema sexo-gênero.

Para levar adiante o projeto deleuzo-guattariano de liberação do desejo das garras do negativo e das disjunções excludentes, propomos retomar o programa crítico da contrassexualidade empreendido por Preciado com seus intercessores mais importantes.

2. O regime da diferença sexual em Paul B. Preciado

A masculinidade e a feminilidade, a heterossexualidade e a homossexualidade não são entidades ontológicas, não existem na natureza de maneira independente das relações sociais e das redes discursivas, e, portanto, não podem ser objeto de observação empírica. São, de fato, relações de poder, sistemas de signos, mapas cognitivos e regimes políticos de produção de vida e de morte (Preciado, 2019, p. 79).

Na abertura de *Manifiesto Contrassexual*, Preciado define a contrassexualidade como uma *análise crítica da diferença sexual e de gênero*, de modo a apresentá-los como efeitos históricos e contingentes de uma ordem política e econômica que, mais tarde, denominará “patriarcado heterocolonial” (Preciado, 2020, p. 19). A contrassexualidade se ocupa, pelo menos em primeiro lugar, em desnaturalizar a diferença sexual e seus derivados, como a masculinidade, a feminilidade, a heterossexualidade e a homossexualidade, demarcando que aquilo mesmo que acreditamos ter uma realidade natural devido à relação com o corpo fisiológico e biológico é efeito de uma máquina performático-protética que produz a sujeição de certos corpos a outros, escondendo-se sob o nome de natureza. Isto é, como já antecipa o trecho citado acima, a diferença binária dos sexos não constitui uma natureza, mas sim está contida numa variedade de relações de poder e regimes políticos. Eis uma espécie de princípio que rege todo o pensamento preciadiano.

Aquilo que Preciado caracteriza como *regime da diferença sexual* tem como ponto de partida o surgimento, no século XVIII, do que Foucault caracterizou como a era do biopoder, “uma nova forma de poder que planeja tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional” (Preciado, 2018, p. 75). É o momento em que o poder político passa a assumir a tarefa de gestão da vida (Preciado, 2020, p. 149). Anteriormente, o exercício do poder era caracterizado essencialmente pela fórmula “fazer morrer e deixar viver” (Foucault, 2005, p. 286), de modo que o direito de vida ou de morte do súdito dependia da vontade do soberano. É necessário ressaltar que o poder do soberano centrava-se no direito de matar. Ou seja, a parte ativa e elementar da fórmula do exercício de poder soberano (“fazer morrer”) consiste no direito sobre a morte: “o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte” (Foucault, 2005, p. 287). Na era do biopoder,

inversamente, o exercício de poder é centrado na gestão da vida e se encarrega de “fazer viver e deixar morrer”. Em outras palavras, não possui mais a função de matar, mas de “investir sobre a vida” (Foucault, 2020, p. 150), de forma a regulamentá-la e controlá-la. Trata-se de uma forma de poder produtivo que possui dois polos não antagônicos. Por um lado, penetra, constitui e fabrica o corpo do indivíduo moderno (polo do poder disciplinar) e, por outro, diz respeito à regulação das populações e dos processos biológicos do homem (polo da biopolítica). Assim, o poder disciplinar se define como uma anatomia política do corpo possuindo como alvo de seu exercício o indivíduo. Já a biopolítica, por sua vez, tem como objeto de governo a vida do conjunto dos viventes que compõem as grandes populações por meio da gestão da saúde, da sexualidade, da higiene etc.

[E]sse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVIII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. (...) As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação - durante a época clássica, dessa grande tecnologia de duas faces - anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida - caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (Foucault, 2020, p. 149-150).

Foucault ressalta a sexualidade como ponto central do exercício de governo da vida na medida em que essa constitui o ponto de articulação entre os polos da disciplina e da biopolítica, pois faz parte, ao mesmo tempo, das técnicas de adestramento e “distribuição de forças” do corpo individual e da regulação das populações. Assim, é o que vincula o indivíduo e as populações, o corpo e a espécie: “a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população” (Foucault, 2005, p. 300). A hipótese geral de *A vontade de saber*, primeiro volume de *A História da sexualidade*, é de que a sociedade capitalista e industrial que se formou no século XVIII se ocupou de produzir discursos de verdade sobre o sexo (Foucault, 2020, p. 78). A repressão, escreve Foucault, não é o modo essencial da relação entre poder, saber e sexualidade. Contudo, isso não quer dizer que o sexo não tenha sido reprimido ou proibido, mas que a repressão não foi o elemento fundamental que constituiu o controle ou o exercício do poder sobre a sexualidade na Idade

Moderna. O filósofo defende que, a partir do século XVIII, há uma massiva colocação do sexo em discurso, ou seja, assistimos a uma explosão discursiva sobre o sexo. Empreende-se a produção de uma verdade regulada sobre o sexo, de modo que este se inscreve, agora, “não somente em numa economia do prazer, mas também num regime ordenado de saber” (Foucault, 2020, p. 78).

No texto intitulado “O verdadeiro sexo” de 1980, Foucault ressalta que as sociedades ocidentais respondem à questão “Precisamos verdadeiramente de um verdadeiro sexo?” de modo obstinado com uma afirmação. É a partir do século XVIII que “as teorias biológicas da sexualidade, as condições jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados modernos conduziram à recusa da ideia de uma mistura de dois sexos em um só corpo” (Foucault, 1994, p. 116). A cada pessoa cabe apenas um único sexo verdadeiro, uma identidade sexual primeira e determinada. Os anos 1860-1870 consistem em uma época em que se intensificam as pesquisas em torno do sexo e da identidade sexual, como a preocupação pela determinação do verdadeiro sexo dos hermafroditas, hoje chamados intersexuais, e com o estudo e classificação das perversões. De acordo com Foucault, essa obstinação pelo “verdadeiro sexo” evidencia-se na mudança do estatuto reservado pela medicina e pela justiça aos “hermafroditas” a partir do século XVIII. Anteriormente, esses eram vistos como indivíduos nos quais os dois sexos estão presentes de maneira misturada, ainda que tivessem que assumir um sexo ou outro. Foucault chama atenção para o fato de que, na França da Idade Média, quem escolhia o sexo da criança era aquele responsável por dar-lhe um nome e, mais tarde, o hermafrodita poderia mudar o sexo assumido se assim desejasse.

Na Idade Média, as regras do direito - canônico e civil - eram muito claras acerca desse ponto: chamavam-se hermafroditas aqueles nos quais se justapõem, segundo proporções que poderiam ser variáveis, os dois sexos. Nesse caso, era papel do pai ou do padrinho (daqueles, portanto, que “nomeavam” a criança), de definir, no momento do batismo, o sexo que ia ser mantido. Caso necessário, aconselhava-se escolher aquele dos dois sexos que parecia prevalecer (...). Entretanto, mais tarde, no limite da idade adulta, quando chegava para ele o momento de se casar, o hermafrodita era livre para decidir se ele queria ser do sexo que lhe havia sido atribuído, ou se ele preferiria o outro (Foucault, 1994, p. 116).

Se, na Idade Média, a escolha do sexo era de certa forma “arbitrária”, pois, considerava-se que o indivíduo possuía de fato os dois sexos em proporções variadas, na Idade Moderna e mais especificamente a partir do século XVIII, a medicina passa a considerar que cada indivíduo só tem um sexo verdadeiro, de forma que as características do outro sexo (que não aquele designado como verdadeiro no hermafrodita) eram consideradas meros acidentes ou, ainda, ilusões. Ou seja, a medicina se encarregou de encontrar qual é o verdadeiro sexo que se esconde sob a “confusão” do genital. Assim, a obstinação pela verdade do sexo, isso que Foucault chama de *a vontade de saber*, é inseparável das estratégias de poder biopolíticas de disciplinarização e regulamentação.

De verve foucaultiana, Preciado denomina “sexopolítica” uma das formas dominantes da ação biopolítica que emerge no capitalismo disciplinar com a qual o sexo, isto é, as *identidades, órgãos e práticas sexuais*, a *capacidade de reprodução*, assim como os *códigos de masculinidade e feminilidade* e seus respectivos *papéis sociais* passam a fazer parte do cálculo do poder e constituem-se como tecnologias de normalização e controle da vida (Preciado, 2003, p. 421). Trata-se de um sistema biopolítico que inventa o sexo como o centro somático de controle e produção da subjetividade, funcionando como uma *máquina de naturalização do sexo*. Ainda que o conceito de sexopolítica possua ponto de partida em Foucault, isso não quer dizer que este se resume à regulação dos processos biológicos e das condições de reprodução da vida, tampouco ao poder disciplinar. Preciado também incorpora nesse conceito, principalmente, traços do pensamento de Monique Wittig e de Judith Butler.

A escritora feminista Wittig caracteriza a heterossexualidade não como uma prática sexual, mas como um sistema social que produz uma doutrina da diferença entre os sexos baseada na opressão das mulheres pelos homens e na naturalização da heterossexualidade. É desse modo que as categorias de “homem” e “mulher” são resultantes de uma situação histórica de opressão. Nas palavras de Wittig: “não há um ser mulher ou um ser homem. ‘Homem’ e ‘mulher’ são conceitos de oposição, conceitos políticos. (...) a diferença não possui nada de ontológica, ela não passa de uma interpretação que as autoridades fazem de uma situação histórica de dominação (Wittig, 1980, p. 51).

A partir de Wittig, então, Preciado afirma que a sexopolítica é produtora de corpos héteros na medida em que opera uma *divisão do corpo* que assegura a correspondência entre “a produção da identidade de gênero com a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores” (Preciado, 2003, p. 422). Portanto, faz coincidir órgãos (pênis e vagina) com identidades sexuais (homem e mulher) e funções sociais. Relação essa que, longe de ser expressão da natureza, designa um conjunto de regulações inscritas sobre os corpos e assegura a dominação material de um sexo sobre o outro. Essa divisão é uma *heterodivisão* pois, além de assegurar a dominação patriarcal, inscreve a heterossexualidade e a diferença sexual como natureza, produzindo o efeito de que essas são realidades a-históricas. O sexo, os órgãos e o corpo como partes da natureza, em oposição ao gênero, à técnica e à linguagem como partes da cultura humana.

A sexopolítica não pode ser reduzida à regulação das condições de reprodução da vida nem aos processos biológicos que se “referem à população”. O corpo *straight* [hétero] é o produto de uma divisão do trabalho da carne, segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Uma sexualidade qualquer implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus. É assim que o pensamento *straight* assegura o lugar estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores. Capitalismo sexual e sexo do vivente. O sexo do vivente revela ser uma questão central da política e da governabilidade (Preciado, 2003, p. 422).

A diferença sexual, sendo uma *heterodivisão assimétrica do corpo*, ratifica a sujeição das mulheres como força de trabalho reprodutivo. Em *Um apartamento em Urano*, o filósofo se refere à heterossexualidade como o sistema social que, no capitalismo industrial, empreende uma distribuição dos corpos *baseada nas suas diferentes potências reprodutivas*. No contexto biopolítico, a heterossexualidade exerce a regulamentação da reprodução por meio de um elemento fundamental: a instituição patriarcal do casamento. Vaginas, úteros, óvulos, testículos e esperma recebem diferentes regulações biopolíticas. O útero, por exemplo, é um objeto de expropriação do capitalismo colonial devido à sua riqueza biopolítica. Constituindo-se como um “órgão-trabalho”, sua produção é escondida atrás de uma função dita apenas biológica. Preciado cita o trabalho de Silvia Federici na medida em que a filósofa destaca a função central do útero no processo de acumulação capitalista, já que ele é o órgão “no qual se produz e reproduz a

mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho” (Preciado, 2019, p. 81). Na medida em que o trabalho reprodutivo não é reconhecido como uma efetiva força de trabalho, mas sim uma função biológica e o lugar natural da mulher, o capitalismo tira proveito desse trabalho não assalariado.

O sistema de subjetivação da modernidade europeia colonial baseou-se na distribuição política dos corpos de acordo com suas funções reprodutivas. Num projeto biopolítico no qual a população era objeto de um cálculo econômico, o agenciamento heterossexual converteu-se num dispositivo de reprodução nacional. Foram excluídos desse “contrato heterossexual” (...) das democracias modernas todos aqueles corpos cujos agenciamentos sexuais não podiam dar lugar a processos de reprodução. Era a isso que Monique Wittig e Guy Hocquenghem se referiam nos anos 1970, quando apontavam que a heterossexualidade não era apenas uma simples prática sexual, mas antes um regime político (Preciado, 2019, p. 77).

Preciado também se alia a Judith Butler no que tange à performatividade da identidade de gênero. Para Butler, de maneira resumida, as identidades de gênero não são meras descrições de realidades já existentes, mas enunciados performativos, isto é, enunciados que produzem aquilo que nomeiam pela linguagem. Assim, as identidades de gênero são *feitos discursivos*. Preciado explica: “Butler (...) concluirá que os enunciados de gênero, desde aqueles pronunciados no momento do nascimento, como “é um menino” ou “é uma menina”, até os insultos, como “bicha” ou “sapatão”, não são enunciados constatáveis, não descrevem nada. São mais enunciados performativos (ou realizativos), isto é, invocações ou citações ritualizadas da lei heterossexual” (Preciado, 2017, p. 92). O gênero produz a identidade que diz apenas descrever, de modo que as identidades de gênero são efeitos das práticas discursivas reguladoras. Contudo, é necessário destacarmos que Butler utiliza “discursivo” no sentido foucaultiano do termo, ou seja, o discurso não é apenas uma “fala” ou “conversa” subjetivas, mas, isto sim, um conjunto de enunciados que estão inseridos em um contexto de relações de poder e têm efeitos normativos (Salih, 2013, p. 69). A ordem do discurso constitui uma “articulação entre saber e poder” que organiza e regula o real (Revel, 2005, p. 38). O gênero é um dos modos pelos quais o sujeito é reconhecido politicamente: é preciso, legalmente, ser homem ou mulher.

Para Preciado, todavia, a invocação performativa teorizada por Butler não é suficiente para explicar o processo de atribuição de sexo, pois descreve apenas uma primeira etapa. Mesmo ressaltando o potencial subversivo da teoria da performatividade do gênero, Preciado acrescenta que essa se torna problemática no momento em que desconsidera “as formas de *incorporação* específicas que caracterizam distintas inscrições performativas da identidade” (Preciado, 2017, p. 92). Ou seja, ela não dá conta dos processos concretos de *incorporação* necessários para a naturalização das identidades de gênero. O filósofo explica que por trás das interpelações performativas “é menino” ou “é menina”, esconde-se a tecnologia sexual que consiste em uma *mesa abstrata de operações* que recorta zonas corporais em órgãos para atribuir-lhes funções específicas e demarcar os seus usos perversos ou normais (Preciado, 2017, p. 128). Ora, quando Preciado define a diferença sexual como uma *heterodivisão do corpo* e a tecnologia do sexo como uma *mesa abstrata de operações*, o que está em jogo, em primeiro plano, é o *recorte material* que a atribuição de sexo promove para criar o efeito de naturalidade. Ou seja, a atribuição de sexo requer uma base material, carnal ou corporal para se legitimar como verdade natural. É como se, ao assegurar um “álibi” corporal, a tecnologia do sexo escondesse os seus efeitos políticos no próprio corpo, o qual se diz polo oposto à cultura e à técnica.

A interpelação, portanto, não é só performativa, mas é também e sobretudo *protética*. A prótese é uma “peça artificial” incorporada, isto é, que se faz corpo. Desse modo, afirmar que a interpelação é protética quer dizer que ela possui efeitos protéticos, faz corpos. É nesse sentido que Preciado vai definir o sexo como uma *tecnologia de incorporação do gênero*: o gênero tornado corpo gera o efeito de natureza. É por isso que, no começo do texto, utilizamos o termo “máquina performático-protética” para designar o gênero.

A primeira fragmentação do corpo, ou atribuição do sexo, ocorre mediante um processo que chamarei, seguindo Judith Butler, de invocação performativa. Nenhum de nós escapou dessa interpelação. (...) Mas o processo não para aí. Seus efeitos delimitam órgãos e funções, sua utilização “normal” ou “perversa”. A interpelação não é só performativa. Seus efeitos são protéticos: faz corpos. Esse momento protético que, insisto, acontece sempre e em cada caso, aparece mais claro nas operações de transexualidade: uma vez que a atribuição de sexo se produziu, qualquer mudança de

denominação exige, literalmente, o recorte físico do corpo (Preciado, 2017, p. 128).

O regime da diferença sexual comporta, desse modo, uma epistemologia e uma estética binária, na qual se opõem o masculino e o feminino, o homem e a mulher como funções opostas e complementares na reprodução sexuada humana. Para formular de outra maneira, o heteropatriarcado tem como epistemologia a estética binária da diferença sexual. Por epistemologia, Preciado compreende:

[U]m sistema histórico de representações, (...) um conjunto de discursos, de instituições, de convenções, de práticas e de acordos culturais (sejam eles simbólicos, científicos, técnicos, comerciais ou comunicativos) que permitem a uma sociedade decidir aquilo que é verdadeiro e distingui-lo do que é falso (Preciado, 2020, p. 19).

Sendo assim, a verdade do sexo, isto é, a verdade anatômica dos dois sexos legitima uma organização política heteropatriarcal. A produção da estética da diferença sexual e das identidades sexuais são, desse modo, técnicas mecânicas e arquitetônicas, verdadeiras fábricas de naturalização do sexo e do gênero. Assim, a diferença sexual, sendo produto de um contrato social, é inscrita nos corpos como verdade natural e biológica; portanto, uma natureza fabricada. Por conseguinte, e voltamos ao ponto inicial do texto, a feminilidade e a masculinidade, o homem e a mulher, a homossexualidade e a heterossexualidade não existem na natureza de forma independente das relações sociais.

3. A era farmacopornográfica como índice da crise epistêmica

Preciado constrói um diagnóstico do nosso presente que, a nosso ver, consiste em uma tese altamente relevante para os tempos atuais: nós vivemos em um momento em que a epistemologia binária da diferença sexual está em crise, ou em mutação. Podemos arriscar a afirmação de que essa é uma tese fundamental do conjunto de seu pensamento que vem sendo cada vez mais lapidada ao longo de seus livros. É possível percebermos que a constatação desse momento de crise da epistemologia binária da diferença sexual vem acompanhada, nos livros do autor, da formulação do que ele chama de “era farmacopornográfica”. Essa nova era originalmente assinalada pelo filósofo espanhol, consiste no índice da crise epistêmica da

diferença sexual, frente à qual o patriarcado heterocolonial passa por mutações para poder sustentar o regime de dominação. Vamos conferir esse movimento com mais detalhes.

É desde a segunda metade do século XX que assistimos a uma gradual mudança e emergência de um novo modelo de gestão político-sexual. É, como Preciado formula, um novo regime de subjetivação que se diz como um subproduto do controle biopolítico. O filósofo nomeia “era farmacopornográfica” o regime pós-industrial, global e midiático que emerge na metade do século XX e consiste em um novo modelo de produção de subjetividade. O farmacopornismo possui dois eixos centrais de governo: “governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (pornô-) da subjetividade sexual dos quais a Pílula e a Playboy são dois resultados paradigmáticos” (Preciado, 2018, p. 36).

Esse novo regime é caracterizado principalmente pela emergência de novas tecnologias do corpo e da representação, como a biotecnologia, a endocrinologia, a engenharia genética, assim como a explosão e o aprimoramento das mídias audiovisuais: internet, fotografia, televisão, pornografia etc. Estamos na era das tecnologias biomoleculares e digitais, de transmissão em alta velocidade. São tecnologias moleculares que diluem-se organicamente no corpo e dele se tornam parte. Se na sociedade disciplinar as tecnologias de subjetivação atuam sobre o corpo desde o exterior como um “aparato ortoarquitetônico” (Preciado, 2018, p. 85), na sociedade farmacopornográfica, as tecnologias são “somatécnicas” no sentido em que não só acrescentam algo exterior ao corpo, mas, nas palavras de Preciado, consistem no “próprio meio pelo qual a corporeidade é fabricada” (Preciado, 2018, p. 85). Desse modo, esses são mecanismos microprotéticos compostos por técnicas audiovisuais e farmacológicas. Os fluidos corporais, as células, as moléculas, os hormônios e os genes são as novas técnicas de produção e comercialização das identidades sexuais. As próteses são, agora, orgânicas e fabricadas simultaneamente. Se antes o sexo era protético no sentido em que se baseava em um certo recorte heterossexual do corpo, agora nós ingerimos as próteses que vão se diluir na estrutura orgânica e biomolecular de nossos corpos.

Essas novas tecnologias suaves de microcontrole adotam a forma do corpo que controlam, transformam-se em corpo, até se tornarem inseparáveis e indistinguíveis dele, acabando como soma-tecnosubjetividades. (...) A estrutura orgânica e biomolecular do corpo é o último esconderijo desses sistemas biopolíticos de controle. (Preciado, 2018, p. 86).

Um importante marco que, segundo Preciado, caracteriza o surgimento da era farmacopornográfica é a invenção da categoria de gênero. A noção de gênero não possui origem no movimento feminista, mas sim no discurso biotecnológico das indústrias médicas e terapêuticas no final dos anos 1940 nos Estados Unidos. O psicólogo infantil John Money, em 1955, foi o primeiro a utilizar a categoria de gênero gramatical para se referir a uma “identidade psicológica”. Utilizando essa noção como uma ferramenta clínica, Money constata a possibilidade de modificação tecnológica de um corpo (por hormônios, cirurgias e técnicas sociais empregadas em instituições) para a produção de subjetividade de modo a conformá-lo a uma ordem já existente da diferença sexual. Money tratava bebês intersexuais e criou um protocolo que dizia que até os 18 meses de idade, a identidade de gênero ou de sexo de qualquer pessoa poderia ser modificada. Ao mesmo tempo em que Money modifica o corpo de bebês intersexuais para conformá-los ao masculino ou ao feminino, o Dr. Henry Benjamin administra hormônios a um novo tipo de paciente que diz não se identificar com o gênero que lhe atribuíram no nascimento.

A instituição médica constata que existem mais do que dois sexos; isto é, ela se depara com uma multiplicidade que coloca em crise as noções tradicionais de masculinidade e feminilidade. Segundo Preciado, “a medicina dos anos 40 se dá conta de que nem cromossomicamente nem morfológicamente pode-se falar de masculinidade e feminilidade” (Preciado, 2010, p. 13). Instaure-se neste momento uma crise epistêmica. As técnicas de leitura cromossômica e genéticas, assim como aquelas que medem os níveis endocrinológicos de um corpo consistem em descobertas ou invenções que não se reduzem ao antigo quadro do dimorfismo sexual. Diante disso não se produz uma epistemologia multimórfica, mas se constrói e reproduz artificialmente a diferença sexual. Assim, segundo Preciado, a gestão do sexo e do gênero no regime farmacopornográfico resulta de uma estranha aliança entre o dimorfismo sexual da metafísica naturalista do século XIX centrado na reprodução heterossexual com o crescimento da indústria biotécnica e médica

construtivista em que as identidades de gênero são produzidas artificialmente. Essa estranha aliança consiste, segundo Preciado, em um construtivismo do tipo essencialista: “Platão encontra Money na garagem de gênero high-tech” (Preciado, 2018, p. 113).

As tecnologias de gênero, do sexo, da sexualidade e da raça são os verdadeiros fatores econômicos e políticos do farmacopornismo. São tecnologias de produção de ficções somáticas. Assim, a recente história da sexualidade aparece como uma gigantesca Disneylândia farmacopornográfica, em que as metáforas do naturalismo sexual são fabricadas em escala global como produtos de indústrias midiáticas, endocrinológicas, cirúrgicas e do agronegócio (Preciado, 2018, p. 111).

O segundo eixo do regime farmacopornográfico tem a pornografia como forma paradigmática do governo semiótico-técnico da subjetividade não devido ao grande impacto do mercado pornográfico na contemporaneidade, mas porque ela funciona como *modelo econômico* do mercado cibernético no sentido de produzir imagens audiovisuais excitatórias (de diversas qualidades) e, por meio disso, controlar o desejo e fabricar um consumidor ou um trabalhador. Estamos na era de uma incitação global masturbatória como produção de capital. Trata-se de um modo de produção e de consumo específicos que excita, controla, intensifica e produz prazeres específicos.

A produção farmacopornográfica define hoje uma nova era da economia política mundial, não por sua supremacia quantitativa, mas porque o controle, a produção e a intensificação dos afetos narcossexuais tornaram-se o modelo para todas as outras formas de produção. Assim, o controle farmacopornográfico infiltra e domina todo o fluxo de capitais, desde a biotecnologia agrária até a indústria *high-tech* da comunicação (Preciado, 2018, p. 43).

O conceito de *potentia gaudendi*¹ explica de que maneira o sexo, a sexualidade e o corpo estão no centro da ação política do capitalismo farmacopornográfico e “se tornam objetos de uma minuciosa gestão estatal e industrial” (Preciado, 2018, p.

¹ Para uma análise da relação do conceito de *potentia gaudendi* com a filosofia de Espinosa, sugerimos a leitura do artigo “Espinosa de Preciado: potência de agir como *Potentia Gaudendi*” (Munchow, 2021).

44). O que o capitalismo farmacopornográfico incita e explora é aquilo que Preciado chama de *potentia gaudendi*, conceito que, segundo o autor, está para o farmacopornismo assim como o conceito de força de trabalho está para a economia clássica. Ou seja, a *potentia gaudendi* é uma energia que é convertida em força de trabalho pelo capitalismo farmacopornográfico para dela se apropriar ou explorar. Um sujeito tecnologicamente vivo é fabricado como uma reserva interminável de *potentia gaudendi* que, estimulada constantemente, é transformada em capital.

Potentia gaudendi, ou “potência orgásmica”, define-se como “a potência (atual ou virtual) de excitação (total) de um corpo” (Preciado, 2108, p. 99). Consiste em uma capacidade indeterminada e sem gênero (portanto, não é masculina nem feminina); não faz distinção entre sujeito e objeto, nem humano e animal, além de não privilegiar nenhum órgão em detrimento de outros. A potência orgásmica é a potência de excitação que cada molécula material possui. É uma força que, em vez de buscar apenas uma resolução momentânea ou uma descarga de tensão, sempre busca se expandir: “aspira apenas à própria extensão no espaço e no tempo, a tudo e a todos, em todo lugar e a todo momento”. Além disso, a *potentia gaudendi* diz respeito tanto a forças somáticas quanto psíquicas, mas não é capaz de ser possuída nem conservada. De acordo com Preciado, não é possível “reter a *potentia gaudendi* de outrem, como também não consigo possuir ou reter aquela que aparece como minha. A *potentia gaudendi* existe unicamente como acontecimento, relação, prática, devir” (Preciado, 2008, p. 39).

4. Sexualidade maquínica em Deleuze e Guattari: perspectivas para novas plataformas sexuais

Acompanhando Preciado e conectando sua produção conceitual àquela que Deleuze e Guattari empreenderam em *O Anti-Édipo*, podemos pensar tais tecnologias constitutivas do regime farmacopornográfico como maquinações que incidem sobre máquinas desejanter. Aliás, o conceito de máquinas desejanter contempla duas exigências: a de afirmar o caráter produtivo do desejo e a de recusar “a representação antropomórfica do sexo” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 388). Por meio de uma aliança entre Espinosa e Marx, os autores consideram a produção como disseminada por todo o real e como sendo, a um só tempo, desejanter e social. Esta formulação não apenas pretende marcar uma simultaneidade, como também

uma horizontalidade ou ausência de hierarquia. Não há uma modalidade de produção mais importante que outra, ou primeira em relação à outra.

O conceito de desejo elaborado em *O Anti-Édipo* se insere no campo inaugurado pela psicanálise, na medida em que mantém a relação entre desejo e inconsciente. No entanto, o inconsciente desenhado no primeiro volume de *Capitalismo e Esquizofrenia* não remete as intensidades afetivas a imagens ou representações. Tal remissão ou rebatimento pode ocorrer - como, de fato, ocorre nas sociedades capitalistas, em que predominam a família nuclear e o individualismo - mas a circunscrição da produção desejanse aos limites definidos pelo fantasma da castração e às narrativas edípicas, por mais frequente que seja, não é o único modo de funcionamento da produção desejanse, nem sequer aquele que lhe é mais próprio.

A crítica à padronização da produção desejanse levada a cabo por Deleuze e Guattari, sua submissão a um modelo ou ideal, não se limita à recusa das balizas edípicas, mas à suposição de um modelo único para a sexualidade. Na esteira de Marx², os autores advogam em favor de uma sexualidade não humana. Os autores compreendem esta sexualidade que escapa ao enquadramento do humano não nos termos de uma sexualidade animal, porém, maquínica, que se constitui como uma modalidade de produção, dentre outras possíveis. Esta sexualidade não humana nada tem a ver com o dispositivo da sexualidade, tal como conceituado por Foucault, ou com a sexotécnica, definida por Preciado. É que a sexualidade, em *O Anti-Édipo*, comporta o que os autores chamam de duas faces: pode designar, por um lado, a representação antropomórfica do sexo (polo do sexo humano), isto é, a submissão das máquinas do desejo às máquinas sociais e orgânicas; por outro lado, a sexualidade maquínica como a própria produção desejanse que escapa a representações e totalizações (polo do sexo não humano). Para Deleuze e Guattari,

² Deleuze e Guattari se referem a, e citam (2011, p. 388, nota 15), um texto de Marx intitulado *“Critique de la philosophie de l’État de Hegel”*, indicando, igualmente, o comentário de Lyotard em torno do mesmo texto em *Discours, figure*.

[A] sexualidade é estritamente a mesma coisa que as máquinas desejantes enquanto presentes e atuantes nas máquinas sociais, no seu campo, a sua formação, no seu funcionamento. Sexo não humano são as máquinas desejantes, os elementos maquínicos moleculares, seus agenciamentos e suas sínteses, sem os quais não haveria nem sexo humano especificado nos grandes conjuntos, nem sexualidade humana capaz de investir esses conjuntos (Deleuze; Guattari, 2011, p. 388).

Em outros termos, a sexualidade não humana engloba o conjunto da produtividade desejante, todas as possibilidades de conexão entre máquinas desejantes, de circulação de intensidades como graus de múltiplos e distintos afetos. Não se trata de uma relação entre indivíduos, sujeitos ou objetos, de gêneros diferentes ou do mesmo gênero, mas de uma força individuante, produtora de individuações que só se cristalizam em posições identitárias por dispositivos disciplinares e de controle, variáveis conforme as formações sociais em jogo. Neste sentido, os elementos mínimos que entram na composição de máquinas desejantes são chamados de objetos parciais, conceito tomado de empréstimo a Melanie Klein. No entanto, a parcialidade desses objetos, seu caráter instável, não idênticos a si mesmos, não totalizáveis sob uma identidade não é pensada em *O Anti-Édipo* como etapa a ser superada em prol da unificação ou totalização de um objeto íntegro que viria a constituir o objeto ideal do desejo num funcionamento psíquico considerado saudável. São mais parciais, partes de máquinas, do que objetos, podendo ser constantemente conectados e desconectados a uma pluralidade de máquinas distintas. Esses elementos mínimos, moleculares, contudo, acoplam-se diretamente a um campo social, ao todo aberto da produção. Para os autores,

[A] sexualidade já não é considerada como uma energia específica que une pessoas derivadas dos grandes conjuntos, mas como a energia molecular que põe em conexão moléculas-objetos parciais (libido), que organiza disjunções inclusivas sobre a molécula gigante do corpo sem órgãos (*numen*) e distribui estados segundo domínios de presença ou zonas de intensidade (*voluptas*). É porque as máquinas desejantes são exatamente isto: a microfísica do inconsciente, os elementos do microinconsciente. Mas, enquanto tais, elas nunca existem independentemente dos conjuntos molares históricos, das formações sociais macroscópicas que elas constituem estatisticamente. É neste sentido que há tão somente o desejo e o social (Deleuze; Guattari, 2011, pp. 242-243).

As máquinas desejanter, com seu funcionamento molecular, seguem produzindo no interior das máquinas sociais, segundo um regime que lhes é próprio. Se o inconsciente assume determinada figura no seio de determinada formação social, figura que passa a moldar a produção desejanter, cooptá-la, isto não quer dizer que as possibilidades do desejo se limitem a esta figura, ou complexo de figuras. O enclausuramento do desejo no interior da família e a posição das figuras paterna e materna como modelos para o investimento desejanter são ocorrências constatáveis nas formações sociais capitalistas. Esta configuração particular da sociabilidade e da produção desejanter, no entanto, não elimina os vetores de desterritorialização do desejo, para empregar o vocabulário de *Mil platôs*. A canalização do fluxo desejanter para constituir um investimento libidinal em pessoas, entidades dotadas de identidade não impede o curso subterrâneo de individuações não-identitárias, de intensidades afetivas não moldáveis segundo a forma de uma entidade dotada de identidade pessoal, incluindo a definição de gênero. Deleuze e Guattari escrevem:

Sob os investimentos conscientes das formações econômicas, políticas, religiosas, etc, há investimentos sexuais inconscientes, microinvestimentos que dão testemunho da maneira pela qual o desejo está presente num campo social e da maneira pela qual ele associa a si este campo como o domínio estatisticamente determinado que lhe está ligado. As máquinas desejanter funcionam nas máquinas sociais, como se mantivessem seu regime próprio no conjunto molar que elas formam, por outro lado, no nível dos grandes números. Um símbolo, um fetiche, são manifestações de máquina desejanter. De modo algum a sexualidade é uma determinação representável num conjunto familiar, mas é, isto sim, a subdeterminação molecular que funciona nos conjuntos sociais e, secundariamente, familiares, que traçam o campo de presença e de produção do desejo: todo um inconsciente não-edipiano, que só produzirá Édipo como uma das suas formações estatísticas secundárias (“complexos”), como resultado de uma história que põe em jogo o devir das máquinas sociais e seu regime em comparação com o das máquinas desejanter (Deleuze; Guattari, 2011, p. 243).

Tanto o que Deleuze e Guattari chamam de sexualidade maquínica, em *O Anti-Édipo*, quanto o que Preciado nomeia de *potentia gaudendi* em seu *Testo Junkie*, isto é, “a potência (presencial ou virtual) de excitação (total) de um corpo”

(Preciado, 2018, p. 44), apesar de apresentarem diferenças conceituais, são forças produtoras de conexão e de afetos aumentadores de potência que nunca são inteiramente moldáveis por categorias determináveis a partir de contraposições biunívocas, como homem/mulher, natural/artificial ou maquínico, ou ainda, nos termos de Preciado, protético, humano/animal e assim por diante. Os dispositivos de padronização do desejo, da subjetividade, da sociabilidade, por mais eficazes, não impedem a subsistência de fluxos que escapam à modelização. Embora os autores critiquem a psicanálise por atuar como um desses dispositivos, o que nos parece é que, neste ponto, as teorias psicanalíticas - e, em grande medida, as diversas abordagens clínicas - apenas acompanham a tônica dominante nas formações sociais em que surgem e se desenvolvem. Não apenas “o freudismo é atravessado por essa estranha ideia de que, afinal, só há um sexo, o masculino” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 388), mas tal pressuposto preside as subjetivações, as múltiplas interações entre sujeitos, como relações afetivas, de trabalho e assim por diante. A frustração quanto a uma teoria do inconsciente e uma clínica do desejo que não atue no sentido de liberá-los dos binarismos e da submissão a todo e qualquer modelo é compreensível, e ecoa na fala recente de Preciado na Jornada da Escola da Causa Freudiana, em Paris. No entanto, a psicanálise, ou “o freudismo”, como dizem os autores, não é fundadora da soldagem do desejo a uma falta originária - operação presente no pensamento ocidental, pelo menos, desde o platonismo, tampouco pela posição do homem como modelo no sistema sexo-gênero. Ressaltemos que, como mostram Deleuze e Guattari, não há privilégio masculino no que se refere à cisão do desejo pela falta. A identidade feminina se define por uma falta em relação ao modelo masculino, mas o homem tampouco alcança o modelo, sendo igualmente marcado pela castração. Na medida em que, do ponto de vista molecular, o inconsciente é povoado de, e produz, singularidades pré-individuais - que são chamadas, em *O Anti-Édipo*, de objetos parciais, sua produtividade é inteiramente afirmativa e não se destina a preencher falta alguma. A produção das máquinas desejanças, em regime molecular, permite experimentar individuações que ultrapassam os dualismos da sexotécnica e atravessam n sexos não humanos, ou n modalidades de máquinas desejanças.

A representação molar antropomórfica culmina no que a fundamenta, a ideologia da falta. Ao contrário, o inconsciente molecular ignora a castração, porque nada falta aos objetos parciais que, enquanto tais, formam multiplicidades livres; porque os múltiplos cortes não param de produzir fluxos, em vez de os recalcar num mesmo e único corte capaz de estancá-los; porque as sínteses constituem conexões locais e não-específicas, disjunções inclusivas, conjunções nômades: uma transexualidade microscópica em toda parte, que faz com que a mulher contenha tantos homens quanto o homem, e o homem, mulheres, capazes de entrar, uns com os outros, umas com as outras, em relações de produção de desejo que subvertem a ordem estatística dos sexos. Fazer amor não é fazer só um, nem dois, mas cem mil. Eis o que são as máquinas desejanter ou o sexo não humano: não um, nem mesmo dois, mas n sexos (Deleuze; Guattari, 2011, pp. 389-390).

Desse modo, contrariamente à divergência conceitual que a diferença terminológica ressaltada na introdução entre contrassexualidade e sexualidade maquínica sugere, podemos observar que ambos se constituem como um esforço de construção de novas plataformas sexuais que rompem com a diferença sexual ou representação antropomórfica do sexo. Na medida em que a contrassexualidade é um esforço para desnaturalizar o que entendemos por sexualidade ou sexo, podemos constatar também que Deleuze e Guattari se empenham em colocar a produção social e desejanter no mesmo plano, de forma que a sexualidade não é um campo individual ou natural, mas coextensivo ao social - uma mesma economia. Frente ao sexo não humano ou à *potentia gaudendi*, o desafio que se coloca é então a experimentação de formas libertárias do desejo e uma espécie de proliferação de práticas e de formas de vida contra os dispositivos da diferença sexual. “A revolução (...) é sempre um devir-trans: mobilizar um estado de coisas existentes até um outro que só o desejo conhece” (Preciado, 2019, p. 213)

Referência

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. (2008). *Mil platôs*. (v. 3). Trad Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora. 34.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. (2011). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* 1. 2ª ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34.

Foucault, Michel. (1994). “Le vrai sexe”. En: *Dits et écrits tome IV (1980-1988)*. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris : Gallimard, p. 115-123.

Foucault, Michel. (2005). *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel. (2020). *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. 10. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Munchow, Cleiton. (2021). Espinosa de Preciado: potência de agir como Potentia Gaudendi. *Cadernos Espinosanos*, (45), 135-160. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2021.182683>

Preciado, Paul B. (2003). “Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’”. En: (2016). Lorde, Audre...[et al]. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 421-429.

Preciado, Paul B. (2008). *Testo Yonqui*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S. A.

Preciado, B. Paul. (2017). *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições.

Preciado, Paul B. (2010). *Transfeminismo no Regime Farmacopornográfico*. Tradução de Thiago Coacci. Roma, jun. 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/9723865/Preciado_Transfeminismo_no_Regime_Farmaco_pornografico.

Preciado, Paul B. (2018). *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições.

Preciado, Paul B. (2019). *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. 1. ed. Tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. Rio de Janeiro: Zahar.

Preciado, Paul B. (2020). *Je suis un monstre qui vous parle: rapport pour une académie de psychanalystes*. Paris: Bernard Grasset.

CÍNTIA VIEIRA DA SILVA, LETÍCIA CONTI DECARLI.

«Sexualidade maquínica contra a diferença sexual: de Deleuze e Guattari a Preciado».

HYBRIS. Revista de Filosofía, Vol. 13 N° Especial. A 50 años de El Anti-Edipo. Vigencias para una política. ISSN 0718-8382, Septiembre 2022, pp. 217-239

Revel, Judith. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Editora Claraluz.

Salih, Sara. (2013). *Judith Butler e a teoria queer*. 1. ed. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Wittig, Monique. (1980). “La Pensée Straight”. En : *Questions féministes*, Paris, no 7, p. 45-53.